

PARECER FINAL DE REGULARIDADE DO CONTROLE INTERNO

Em atendimento à determinação contida no §1º, do art. 11, da RESOLUÇÃO Nº 11.535/TCM, de 01 de Julho de 2014, este Controle Interno DECLARA, para todos os fins de direito, junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, que analisou integralmente o Processo Licitatório de nº **9/2018-00007**, referente à licitação na modalidade de **Pregão Presencial Eletrônico** que tem por objeto **Aquisição de 05 (cinco) motocicletas, material de sinalização visual e afins, material de proteção de segurança, para atender a Secretaria Municipal de Trânsito e Cidadania**, no valor global de **R\$ 156.375,00 (Cento e cinquenta e seis mil e trezentos e setenta e cinco reais)**, originário do Procedimento Licitatório já identificado, celebrado pela CONTRATANTE **Prefeitura Municipal de Paragominas / Secretaria Municipal de Trânsito e Cidadania**, com as CONTRATADAS: **Pará Amazônia Solução Ltda – EPP**, no valor de **R\$ 132.075,00 (Cento e trinta e dois mil e setenta e cinco reais)** e **PG Sinalização e Equipamentos**, no valor de **R\$ 24.300,00 (Vinte e quatro mil e trezentos reais)** com base nas regras insculpidas pela Lei nº 8.666/93 e demais instrumentos legais correlatos. E, declara ainda, que o Processo Licitatório e os Contratos encontram – se:

(x) Revestidos de todas as formalidades legais, nas fases interna, habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a municipalidade;

() Revestidos parcialmente das formalidades legais, nas fases interna, habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a municipalidade, embora presente a (s) seguinte (s) ressalva (s):

() Com irregularidade (s) de natureza grave, não estando aptos a gerar despesas para a municipalidade, conforme a(s) impropriedade(s) ou ilegalidade (s) enumerada (s) a seguir:

Salvo melhor juízo, este Controle Interno entende que o Processo Licitatório e o Contrato/Termo Aditivo ou documento hábil substitutivo, supramencionados encontram-se em ordem, podendo a administração pública dar seqüência a realização e execução das referidas despesas e, por fim, DECLARA estar ciente de que as informações aqui prestadas estarão sujeitas à comprovação por todos os meios legais admitidos, sob pena de crime de responsabilidade e comunicação ao Ministério Público Estadual, para as providências de alçada.

Paragominas (PA), 03 de Abril de 2019

Responsável pelo Controle Interno: Sirlede Ferreira Alves

Assinatura Digital: